



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE TOCANTINÓPOLIS
CURSO DE GRADUAÇÃO DE PEDAGOGIA

CAMILA ALMEIDA MARINHO

**AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL PRÉ-ESCOLAR: CONTRIBUIÇÕES
PARA O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM**

TOCANTINÓPOLIS – TO
2019

CAMILA ALMEIDA MARINHO

**AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL PRÉ-ESCOLAR: CONTRIBUIÇÕES
PARA O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de licenciatura plena em Pedagogia, creditado pela Universidade Federal do Tocantins, Campus de Tocantinópolis, sob a orientação da Professora Mestra Zian Karla Vasconcelos Barros.

TOCANTINÓPOLIS – TO
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

M338a Marinho, Camila Almeida.

Avaliação na educação infantil pré-escolar: contribuições para o processo de desenvolvimento e aprendizagem . / Camila Almeida Marinho. – Tocantinópolis, TO, 2019.

53 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Tocantinópolis - Curso de Pedagogia, 2019.

Orientadora : Zian Karla Vasconcelos Barros

1. Educação Infantil. 2. Pré-escolar. 3. Avaliação. 4. Aprendizagem. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

CAMILA ALMEIDA MARINHO

**AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL PRÉ-ESCOLAR: CONTRIBUIÇÕES
PARA O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM**

Monografia avaliada e apresentada à UFT-
Universidade Federal do Tocantins - Campus de
Tocantinópolis, Curso de Pedagogia para a obtenção do
título de Pedagoga, e aprovada em sua forma atual pela
orientadora e pela banca.

Data de Aprovação 11/06/2019

Banca Examinadora:

Profa. Ma. Zian Karla Vasconcelos Barros. Orientadora. UFT

Prof. Dr. Joedson Brito dos Santos. Examinador. UFT

À minha mãe Solange, meu filho Kaio
Weverton, minha irmã Jéssica, meu sobrinho
Heitor, meu cunhado Cícero, meu namorado
Murilo Henrique e meus avós maternos
Joaquim e Eva, por estarem sempre ao meu
lado incentivando.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida.

Agradeço à minha mãe Solange e meu pai José de Ribamar (in memoriam), pois sem eles não estaria aqui.

Aos meus avós maternos Joaquim e Eva pela criação que me deram e os valores que me ensinaram.

Ao meu filho Kaio Weverton, quem amo incondicionalmente, e que sempre será o motivo de minha persistência para alcançar mais essa conquista em meio a tantas dificuldades.

À minha irmã Jéssica e meu cunhado Cícero, por estarem presentes nos momentos em que mais precisei me dando forças para seguir em frente nessa jornada.

Ao meu namorado Murilo Henrique pelo incentivo, força e compreensão em busca dessa jornada para realização desse sonho.

Aos meus avós paternos Gerry e Maria (in memoriam).

Agradeço a minha Professora Orientadora Zian Karla Vasconcelos Barros pela atenção e carinho, por toda paciência que teve comigo, obrigada por estar sempre à disposição para tirar dúvidas, por ter mostrado os melhores caminhos a serem percorridos para realização da pesquisa, por acreditar no meu potencial para construir esse trabalho, enfim, grata por ter aceitado ser minha orientadora.

Agradeço as professoras da Educação Infantil: pré-escolar que atuam na Creche Dona Tereza Rodrigues de Carvalho por terem contribuído com a realização da pesquisa.

Não poderia deixar de agradecer a todos os meus professores da Escola Estadual Piaçava, na pessoa da Gestora e Professora Marlene Maria Brito de Queiróz Rocha, pois vocês foram a base para ter chegado até aqui.

Aos professores do Campus de Tocantinópolis, por terem contribuído diretamente com mais um degrau no meu processo de formação, o de nível superior.

Gostaria de agradecer também aos meus colegas de escola e de faculdade, nas pessoas de Rayllana Marinho e Rosângela Gomes por estarem comigo desde a fase de escolarização à graduação, pelos conhecimentos compartilhados.

Aos meus colegas da turma do ônibus, por estarem na mesma luta em busca de uma formação no ensino superior, obrigada pelas brincadeiras e bagunças que tornavam as viagens diárias até a universidade mais descontraídas e divertidas.

Agradeço também ao eterno Deputado Raimundo Moreira (in memoriam), ao ex-prefeito Clayton Paulo Rodrigues e a atual prefeita Elvira Araújo, por terem contribuído com

o transporte de casa à universidade durante todos esses anos, pois sem a ajuda de vocês eu, assim como muitos outros jovens que moram no município de Nazaré não teriam condições de fazer esse curso.

Enfim, agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste sonho.

RESUMO

Esta pesquisa trata do papel da avaliação na Educação Infantil: pré-escolar, visto que esta faz parte da rotina escolar, contribuindo para o processo de aprendizagem. Desse modo, a avaliação é fundamental para promover o desenvolvimento gradual do aluno, sendo cada vez mais necessário procurar métodos avaliativos que alcancem esse desenvolvimento. Então, o objetivo especificamente é que os professores da pré-escola, compreendam a avaliação como ferramenta para melhorar a aprendizagem na Educação Infantil e quais métodos avaliativos são utilizados por eles para que esse aprendizado aconteça. Para a realização desse trabalho foi feita uma pesquisa em livros e artigos que tratam da temática e, posteriormente uma pesquisa de campo com os sujeitos citados acima. Concluiu-se que a avaliação na pré-escola, embora seja considerada uma tarefa complexa, é reconhecida como um meio para proporcionar o desenvolvimento dos alunos, e provocar mudanças pedagógicas de acordo com as necessidades apresentadas.

Palavras chave: Educação Infantil; pré-escolar; Avaliação; Aprendizagem; Desenvolvimento.

ABSTRACT

This research deals with the role of assessment in Early Childhood Education: preschool, as it is part of the school routine, contributing to the learning process. Thus, assessment is essential to promote the gradual development of the student, and it is increasingly necessary to look for assessment methods that achieve this development. So, the objective specifically is for preschool teachers to understand assessment as a tool to improve learning in Early Childhood Education and which assessment methods are used by them to make this learning happen. To carry out this work, a research was carried out in books and articles that deal with the theme and, later, a field research with the subjects mentioned above. It was concluded that the evaluation in preschool, although it is considered a complex task, is recognized as a means to provide the students' development, and to provoke pedagogical changes according to the presented needs.

Keywords: Early Childhood Education; preschool; Assessment; Learning; Development.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	10
2.	HISTÓRIA DA INFÂNCIA	14
2.1	Contextualizando a infância.....	14
2.2	A criança no seio familiar.....	17
2.3	A criança no Brasil.....	18
3.	EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL	21
3.1	Creches e pré-escolas como modelo assistencialista.....	21
4.	AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	25
4.1	Avaliação e o processo de aprendizagem	25
4.2	Avaliação no contexto da educação infantil.....	27
4.3	Modalidades de avaliação.....	28
5.	AVALIAÇÃO NA PRÉ- ESCOLA: RELATO E ANÁLISE DAS PRÁTICAS VIGENTES	30
5.1	Campos da pesquisa.....	30
5.2	Turmas observadas	31
5.3	Criança.....	32
5.4	Professor.....	34
5.5	Entrevista	35
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
	REFERÊNCIAS	47
	ANEXO	49
	APÊNDICE.....	53

1. INTRODUÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) discute as contribuições da avaliação na Educação Infantil: pré-escolar para o desenvolvimento da aprendizagem, bem como para melhoria da prática pedagógica. O estudo tem como objetivo de identificar como a avaliação na educação infantil é compreendida pelos professores de uma pré-escola no município de Nazaré/TO, como está sendo feita e quais métodos estão sendo usados por esses profissionais com vistas a promover o desenvolvimento das crianças de 4 e 5 anos de idade. Nesse sentido, surgiu o interesse ao perceber a importância desta ferramenta para a aprendizagem e as contribuições da mesma para a prática pedagógica na instituição de Educação Infantil. Diante disso, pretende-se fazer uma pesquisa na Creche Dona Tereza Rodrigues de Carvalho, localizada à Rua Rui Barbosa- Centro, na cidade de Nazaré – TO.

Partindo dessa premissa pretende-se responder às seguintes problemáticas: Quais métodos avaliativos são usados pelos professores da pré-escola? De que forma contribuem para melhorar a aprendizagem nesta etapa da educação básica? Como está sendo visto? Como está sendo feito?

Sabe-se que a avaliação está presente no nosso dia a dia, todos os dias estão se fazendo esse juízo de valor, avaliando alguém ou alguma coisa seja em nossa casa, serviço ou em outros lugares. Dessa forma, a avaliação faz-se presente também no meio educacional constituindo-se parte do processo de aprendizagem.

Neste sentido o tema avaliação não é um assunto novo, pelo contrário, há alguns anos, estudiosos discutem essa temática, tais estudos vêm contribuindo para o uso dessa prática nas instituições de ensino, desde a Educação Infantil ao Ensino Superior.

Conforme Haydt (1995, p. 16), basicamente, “a avaliação apresenta três funções: diagnosticar; controlar e classificar”. Sendo relacionadas a estas, três modalidades de avaliação: a diagnóstica, formativa e somativa. A avaliação diagnóstica como o próprio nome diz, é uma ferramenta que traz informações sobre o nível de conhecimento e habilidades em que o aluno se encontra, dessa forma, é possível mapear os pontos fortes e de dificuldade da turma e de cada aluno, funcionando de fato como um diagnóstico. Já o tipo de avaliação formativa é utilizada para um processo contínuo e longo, onde o erro é um fator que faz parte da aprendizagem dos alunos. E a avaliação somativa tem como finalidade avaliar quais habilidades e competências foram adquiridas pelos alunos ao final de um ciclo de aprendizado, seja ele anual, semestral ou bimestral, para quantificar esses resultados as

instituições de ensino, geralmente, estabelecem critérios como conceitos ou notas médias a serem atingidas pelos alunos.

Para o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) a avaliação na educação Infantil deve buscar entender o processo em que cada criança se encontra, a significação que cada trabalho comporta, afastando assim julgamentos como feio ou bonito, certo ou errado, que utilizados dessa maneira não auxiliam em nada no processo educativo. A avaliação deverá ainda constituir-se em um instrumento para reorganização de objetivos, conteúdos, procedimentos, atividades e como forma de acompanhar e conhecer cada criança e grupo.

Assim, uma avaliação bem feita das crianças da Educação Infantil requer conhecimento do que seja avaliar e dos métodos e instrumentos que envolvem esse processo, como também sensibilidade para com processo de compreensão, observação, acompanhamento e mediação do processo de desenvolvimento das crianças, que de demanda certo tempo da parte do professor, sendo que esta é uma tarefa difícil e não pode ser feita de qualquer jeito somente para cumprir com uma exigência da instituição de ensino, pois um dos objetivos da avaliação é promover o desenvolvimento da criança na Educação Infantil.

Desta forma, é preciso que se dê valor a este instrumento para melhorar a aprendizagem na Educação Infantil: pré-escolar, tornando-o mais significativo para a criança e para o próprio professor, pois este é o mediador desse processo de desenvolvimento das crianças.

Diante do que foi colocado sobre as contribuições da avaliação para o processo de aprendizagem e tendo em vista as contribuições que esta traz para a construção do conhecimento, acredita-se que este trabalho explanará alguns métodos avaliativos dos professores da Educação Infantil: pré-escolar que estão sendo utilizados e que influenciam na prática pedagógica.

A pesquisa será realizada em uma Creche Municipal (Dona Tereza Rodrigues de Carvalho) localizada à Rua Rui Barbosa- Centro da cidade de Nazaré, situada no estado do Tocantins. O público investigado serão quatro (04) professoras da Educação Infantil: pré-escolar. A escolha do local para a realização da pesquisa se deu ao fato de ser a instituição onde realizei o estágio na Educação Infantil e por estar localizada na cidade onde resido, assim teria um contato mais próximo com a realidade do nosso município.

A abordagem metodológica utilizada na pesquisa é de cunho qualitativo. Sobre a pesquisa qualitativa Ludke e André afirmam que:

Um grande marco da pesquisa qualitativa é que ela supõe o contato direto e prolongado do pesquisador, com o ambiente e a situação que está sendo investigada, via de regra através do trabalho intensivo de campo. (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p.26).

O trabalho desenvolveu-se em duas etapas: primeiramente uma pesquisa bibliográfica e posteriormente, uma pesquisa de campo.

A pesquisa bibliográfica foi realizada através de estudos em livros e alguns artigos sobre o assunto. Já a pesquisa de campo, foi realizada a partir de entrevista e observação de quatro (04) professoras que atuam na Educação Infantil: pré-escolar, que continham as seguintes questões: O que é avaliar? O que você acha da orientação dada pelo RCNEI (Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil)? Você acha possível colocar em prática? Você considera a avaliação na Educação Infantil necessária? Como é feita a avaliação na sua turma? Que instrumentos você utiliza para avaliar seus alunos? Você os considera eficazes? Que contribuições à avaliação oferece para a aprendizagem? Qual a importância da avaliação para sua prática pedagógica?

Após o término da entrevista e observação, foram feitas as análises dos dados coletados na pesquisa.

O que levou-nos à escolha dessas questões foi buscar uma reflexão das professoras da Educação Infantil sobre a avaliação, tendo em vista que esta é fundamental para o desenvolvimento das crianças, já que nesta etapa da educação básica a avaliação não é feita por meio de notas.

Espera-se, com esta pesquisa esclarecer quais práticas avaliativas os professores da Educação Infantil: pré-escolar estão utilizando em suas aulas para melhorar o ensino-aprendizagem e sua importância para repensar a prática pedagógica.

O presente trabalho está estruturado em cinco capítulos. No primeiro capítulo, é feita uma introdução sobre o local de pesquisa e organização do trabalho. O segundo capítulo, faz uma discussão acerca da história da infância, como era vista no seio familiar e no Brasil, buscando assim compreender as mudanças nas concepções de infância que foram acontecendo ao longo dos anos. O terceiro capítulo vem falar da Educação Infantil no Brasil, bem como do caráter assistencialista que era dado às crianças no período imperial e como ocorreu essa mudança de concepção a partir da Constituição de 1988. No quarto capítulo é feita uma

discussão sobre a avaliação no processo de aprendizagem na Educação Infantil, bem como as modalidades de avaliação. Já o quinto capítulo é feita a análise dos dados coletados em cada etapa da pesquisa, entrevista e observação, a fim de verificar o alcance do objetivo de nossa pesquisa. Para isso consideramos neste capítulo a análise do momento da entrevista com as professoras e a observação em sala de aula, de modo a verificar o processo de avaliação da aprendizagem.

2. HISTÓRIA DA INFÂNCIA

Este capítulo tem o intuito de fazer uma reflexão necessária para se entender a essência do que é infância, fazendo um breve apanhado histórico sobre a temática. A concepção da infância vem evoluindo e se desenvolvendo desde o século XV e várias mudanças foram registradas no final desse mesmo século. Assim, é importante buscar informações a partir do período da Idade Média até os dias de hoje, para entender o processo de mudança na concepção que se tinha da infância. Foi a partir dos estudos do historiador francês Philippe Ariès que a infância começou a ganhar visibilidade e um olhar diferente de outros estudiosos. A partir de então aos poucos a infância foi ganhando importância e um espaço na sociedade, hoje se percebe um avanço significativo desta fase, tanto em relação à sua concepção, quanto à educação e o papel desta na família.

2.1 Contextualizando a Infância

É quase impossível falar em infância sem recorrer aos estudos do historiador francês Philippe Ariès, onde vem falar que o mundo medieval ignorava esta fase, o que faltava segundo ele, era qualquer sentimento de infância, não havia uma consciência da particularidade infantil que distinguisse a criança do adulto. Foi a partir de seus estudos que outros pensadores começaram a falar sobre o tratamento que era dado às crianças na infância.

Segundo Ariès, a civilização medieval não percebia um período transitório entre a infância e a idade adulta. Seu ponto de partida, então, era uma sociedade que percebia as pessoas de menos idade como adultos em menor escala. Não havia noção de educação [...] (HEYWOOD, 2004, p.23).

De acordo com Ariès o período que perpassa o século XI ao século XIII, nota-se que a infância era desconhecida pela arte medieval, ou que esta não tentava representá-la. A imagem da criança era retratada sem nenhuma das características da infância, elas eram reproduzidas em tamanho reduzido e era isso que as distinguiu dos adultos, não havia diferença na expressão ou nos traços, e em alguns casos a criança aparecia com uma musculatura semelhante ao do adulto.

Para Ariès (1981), no mundo das fórmulas românticas, e até fim do século XIII não existiam crianças caracterizadas por uma expressão particular, e sim homens de tamanho reduzido. Neste sentido afirma que:

A duração da infância era reduzida a seu período mais frágil, enquanto o filhote do homem ainda não conseguia bastar-se; a criança então, mal adquiria algum desembaraço físico, era logo misturada aos adultos, e partilhava de seus trabalhos e jogos. De criancinha pequena, ela se transformava imediatamente em adulto jovem, sem passar pelas etapas da juventude. (ARIÈS, 1981, p.10)

Durante esse período, os homens não se detinham diante da imagem da infância, não demonstravam nenhum interesse por ela, sendo esta apenas um período de transição, que logo era ultrapassada, e cuja lembrança era logo perdida.

Segundo Ariès (1981), por volta do século XIII surgiram alguns tipos de crianças um pouco mais próximos do sentimento moderno, a saber:

- Primeiro surgiu o anjo, representado sob a forma de um rapaz muito jovem, o qual a idade era das crianças mais ou menos grandes, que eram educadas para ajudar na missa, espécies de seminaristas, numa época em que não havia seminários.
- O segundo tipo de criança, seria o modelo e o ancestral de todas as crianças pequenas da história, o menino Jesus, ou Nossa Senhora menina, pois aqui a infância estava ligada ao mistério da maternidade da Virgem e ao culto de Maria.
- E um terceiro tipo de criança aparece na fase gótica, à criança nua. No caso do menino Jesus, quase nunca era representado despido, a maioria dos casos aparecia como as crianças de sua idade, castamente enrolado em cueiros ou vestido com uma camisa ou uma camisola. Seria a representação da morte e da alma que introduziria no mundo das formas a imagem da nudez infantil.

Logo depois, durante o século XIV e, sobretudo durante o século XV, esses tipos de representações medievais da infância começaram a evoluir. E aos poucos a imagem da criança foi se tornando mais frequente nas pinturas, ora aparecia com sua família, com seus companheiros de jogos, muitas vezes adultos, a criança brincando, entre outras cenas que representavam o cotidiano da criança no mundo dos adultos.

Conforme Lopes (2014), no século XVI, as crianças também eram retratadas mortas, esculpidas nos túmulos, acompanhadas dos pais e dos irmãos, indicando uma outra visão a respeito da criança que morre cedo e anunciando que a infância começa a sair do anonimato.

Para Ariès (1981) a inexistência de um sentimento pelas crianças na sociedade medieval foi dando lugar a novas concepções a partir do século XVII. Segundo ele, a partir deste século, as crianças aparecem por toda parte.

Segundo Lopes (2014), o sentimento de apego pela criança foi despertado primeiramente nas mulheres, mas este não era compartilhado por todas as pessoas, pois algumas até ficavam irritadas com esta nova forma de tratá-las. Conforme Lopes a aversão em relação ao apego com a criança era muito antiga, Santo Agostinho ainda no século IV rejeitava essa relação materna ao ponto de questionar se havia inocência nela, colocando em pauta, a questão do pecado original.

Desta forma, os estudos historiográficos da infância confirmam que as crianças sempre foram maltratadas. De acordo Lopes (2014, p. 226) estas, “ora expostas aos castigos mais brutais com o fim de ‘educá-las’, ora entregues a sacrifícios para compensar um benefício ou um milagre adquirido de um deus”. Assim, entre as crendices praticadas por muitas sociedades antigas estavam, enfaixamentos, pancadas, arremessos, sacudidelas, afogamentos, emparedamento e sacrifícios em rituais de expiação.

Para os estudiosos da infância, os maus-tratos e indelicadezas segundo Lopes (2014), eram utilizados no processo educativo de crianças, tidos como normais, por isso, foram amplamente praticados pelos adultos (pais, amas de leite, preceptores, professores e religiosos), pois estes ocupavam a posição de ensinar-lhes alguma coisa, com o fim de discipliná-las e torná-las dóceis. Desse modo, nota-se que a infância sempre conviveu com os castigos corporais.

A função dos castigos corporais, como aponta Lopes (2104) era de disciplinar as crianças, adolescentes e jovens, adaptando-os aos princípios da sociedade em que viviam, e por isso, tinham a aprovação dos pais e religiosos. Mas, segundo Ariès (1981), o abade Goussault, via a infância como um período que precisava de cuidado, pois este era o melhor momento para educá-las.

Assim, aos poucos, foram mudando o sentimento em relação à infância, de modo que no século XVIII, já se tinham outra visão sobre os castigos.

Contudo, essas mudanças em relação à infância não foram o bastante para que as crianças de hoje não sofram com os castigos físicos. Nesse sentido, houve a necessidade da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a partir da lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990, que garante proteção integral à criança e ao adolescente, sem distinção de idade, cor, raça, etnia, situação familiar, etc. Ao mesmo tempo, criou-se o Conselho Tutelar, órgão municipal que tem como objetivo zelar pelos direitos da criança e do adolescente, onde seu funcionamento se baseia nos artigos 131 a 140 do ECA, e este deve ser acionado sempre que se perceba abusos ou situações de risco contra a criança ou o adolescente, como por exemplo, violência física ou emocional. No entanto, o Conselho Tutelar só age mediante denúncia, seja ela anônima ou não.

Corazza traz algumas histórias que mostram que o descaso, a falta de afeto, o abandono, os maus tratos, ainda são praticados contra a criança, entre elas pode se verificar a seguir:

Em 6 de junho, em Nova Jersey, outra faxineira, ao limpar um banheiro de um salão de festas, achou um bebê morto na lata de lixo. A mãe Melissa Drexler, de 19 anos, levava meia hora para dar à luz a um menino, aparentemente saudável, pesando 2,7 quilos, durante o baile de formatura do segundo grau, no banheiro da escola pública [...] A estudante confessou ter estrangulado o bebê e relatou que, depois de se certificar de que ele estava morto, enrolou o corpo em uma sacola de plástico e o jogou no cesto de lixo. Em seguida, Melissa voltou para dançar com seu par escolhido para o baile, pediu ao DJ que tocasse sua canção favorita da banda Metálica e comeu uma salada, antes de se sentir mal e ir embora. (CORAZZA, 2002, p. 15-16)

Com isso, o que se percebe é que a criança é um ser que necessita de cuidados, que estas estão sujeitas aos mais absurdos tipos de violência até mesmo desde o nascimento, é, contudo, diante de situações de maus tratos relatadas por Corazza (2002), e que ainda acontecem atualmente, que o atendimento à criança precisa evoluir para garantir proteção a estes seres indefesos.

2.2 A Criança no Seio Familiar

De acordo com Lopes (2014), na Antiguidade a principal preocupação dos pais com o recém-nascido, era se este sobreviveria e se serviria para os serviços do estado. Por isso, era costume em praticamente todas as sociedades do mundo antigo, fazer um exame para ver se a criança recém-nascida era saudável.

Lopes (2014) afirma que os atenienses também tinham o costume de examinar o recém-nascido, e se este fosse considerado 'incapaz' logo seria abandonado para que morresse ou sobrevivesse por sua própria sorte, mas caso fosse aprovada no exame, esta seria representante do pai e recebia uma educação para a paz.

Esse costume de abandonar a criança, de acordo com Lopes (2014), continuou firme na Idade Média. As portas das igrejas, os conventos e os mosteiros foram frequentemente usadas para esta finalidade, assim as crianças que conseguiam sobreviver se tornavam servos das famílias que as adotavam ou entravam para a vida religiosa.

Percebe-se que a família da Idade Média não tinha afetividade pelas crianças, pois segundo Ariès (1981) desde cedo estas eram afastadas de sua família para morarem com outras que não eram a sua. Pouco depois que a criança passava do período de amamentação, se tornava a companheira natural do adulto. Com isso a criança era exposta ao trabalho pesado o qual era visto como forma de aprendizado. Não havendo preocupação e cuidados com a mesma, as crianças eram alvos de maus tratos, abandono e principalmente a altos índices de mortalidade.

Para (ARIEËS, 1981, p.10), “A passagem da criança pela família e pela sociedade era muito breve e muito insignificante para que tivesse tempo ou razão de forçar a memória e tocar a sensibilidade”.

Durante os séculos XVI e XVII, período moderno, (C. John Sommerville) sustenta a tese de que os interesses pela criança começaram com os puritanos na Inglaterra, onde estes de início não tinham uma visão formada sobre as crianças, mas diziam que estas nasciam como fardos sujos de pecado original, ou pequenas víboras, mas cabe lembrar que a criança era vista com uma tábula rasa, ou como uma folha de papel em branco, a qual deveria ser moldada e modificada. Como a criança era vista como um adulto em miniatura, as mesmas eram impostas ao trabalho infantil, onde as famílias contavam com seus salários, muitos trabalhavam em máquinas e por isso, muitas delas acabaram massacradas.

Segundo Colin Heywood:

A visão romântica da infância estava longe de ser predominante. Em primeiro lugar, a tradição mais antiga de manchar as crianças como pecado original custou desaparecer, recebendo até mesmo um estímulo na Inglaterra a partir do final do século XVIII, com o surgimento do movimento evangélico. (HEYWOOD, 2004, p.5)

Com a falta de proteção às crianças e aos altos índices de mortalidade, esta fase passou a ser questionada, pois a partir do momento em que passaram a entender que elas seriam homens do futuro, a criança já não era vista como este ser indiferente, mas sim considerada como um ser que necessita de cuidados diferenciados, quebrando a visão de que a retratação da infância não haveria lugar na sociedade. A infância passou então a ter formas próprias de ver, pensar, sentir, etc.

2.3 A Criança no Brasil

De acordo com Ramos (2000), mesmo o Brasil sendo “descoberto” oficialmente em 1500, foi somente a partir de 1530 que suas terras começaram a ser ocupadas, no entanto, além dos muitos homens e das escassas mulheres, as crianças também estiveram presentes nas embarcações lusitanas rumo à terra de Santa Cruz no século XVI.

Neste sentido, conforme Ramos (2000), as crianças subiam a bordo somente na condição de grumetes ou pagens, enviados pelo Rei ao Brasil para se casarem com súditos da Coroa, ou como passageiros acompanhados pelos pais ou algum parente. Contudo eram os pequenos quem mais sofriam em alto mar, os grumetes e pagens eram obrigados a aceitar abusos sexuais de marujos rudes e violentos, as crianças eram violadas por pedófilos mesmo

estando na companhia dos pais, e as órfãs tinham que ser guardadas e vigiadas para assegurar sua virgindade até que chegassem à Colônia.

Desta forma era comum nos séculos XVI e XVIII, sob a ameaça de um naufrágio, os pais esquecerem seus filhos no navio, enquanto tentavam salvar suas próprias vidas, assim as crianças que tinham sorte de escapar da fúria do mar, tornavam-se náufragas, entregues à sua própria sorte, mesmo quando seus pais se salvavam estas devido a sua fragilidade física, eram as primeiras vítimas, tanto na terra como no mar.

Segundo Ramos (2000), entre os séculos XIV e XVIII, a expectativa de vida das crianças portuguesas rondavam os quatorze anos, sendo que a metade dos nascidos vivos morriam antes de completar os sete anos. Assim as crianças eram consideradas como pouco mais que animais, sua força de trabalho deveriam ser aproveitadas ao máximo enquanto durassem suas vidas.

No final do século XX, o trabalho infantil continuava sendo visto pelas camadas subalternas como a melhor escola. Assim, “O trabalho [explica uma mãe pobre] é uma distração para a criança. Se não estiverem trabalhando, vão inventar moda, fazer o que não presta. A criança deve trabalhar cedo”. (DEL PRIORI, 2000, p.10)

De acordo Del Priori (2000), as crianças interrompiam seus estudos na época da colheita para trabalhar nas lavouras ou na monocultura, demonstrando que estar matriculado numa escola primária, não significava poder frequentá-la completamente.

O trabalho infantil ainda hoje é visto como um grande problema social brasileiro que atinge grande parte das crianças, estas por sua vez deixam de viver sua infância e de frequentarem a escola para trabalharem no campo ou na cidade, e ajudar seus pais na renda familiar.

Nesse sentido, em combate ao trabalho infantil, existe hoje o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) que teve início em 1996, como uma ação do governo, apoiado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), tal programa deixa claro que é proibido e visto como crime o trabalho de crianças e adolescentes menores de 16 anos, exceto aqueles que estão na condição de menor aprendiz. Desta forma, o programa busca erradicar toda e qualquer forma de trabalho infantil, possibilitando assim que crianças e adolescentes

frequentem plenamente a escola e participe de atividades socioeducativas que venham favorecer seu desenvolvimento.

3. EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

Esse capítulo fala do período assistencial como era dado à criança até o século XIX. Nesse período histórico as creches e pré-escolas não tinham uma função educativa, era apenas um espaço onde as mães deixavam seus filhos para irem trabalhar nas fábricas. Mas, a partir da Constituição Federal de 1988, a Educação Infantil ganha reconhecimento, tornando-se um direito da criança e dever do Estado, assim, com a Constituição surgiram debates acerca da Educação Infantil, assegurando a esta um tratamento diferenciado. Neste sentido, a Educação Infantil passa a ser considerada a primeira etapa da educação básica.

3.1 Creches e pré-escolas como modelo assistencialista

De acordo Santos (2015), no Brasil Império, século XIX, a Constituição de 1824 dispunha de um sistema nacional de educação, no entanto, a criança de zero a seis anos não fazia parte das intenções do Império, assim a educação elementar chegou apenas a uma pequena parte da sociedade, e era dada sob a orientação de preceptores.

Nesse contexto, segundo Santos (2015) desenvolveu-se no Brasil um modelo de atendimento à criança pequena chamado de Roda dos Expostos, seu objetivo era amparar crianças pequenas abandonadas pelos pais, preservando sua identidade. A Roda dos Expostos teve um importante papel no atendimento às crianças enjeitadas, sendo que por mais de um século, esta foi praticamente a única instituição de assistência à criança abandonada em todo o país. Sendo estas instaladas nas Santas casas de Misericórdia, a primeira em 1726, na cidade de Salvador, depois no Rio de Janeiro em 1738, Recife no ano de 1789 e São Paulo em 1825.

Durante o período do Regime Militar, mais especificamente a partir do governo de Geisel, entre os anos de 1974 a 1978, iniciou-se conforme Santos (2015) uma política de combate à pobreza onde a creche era vista como um instrumento para interferir e resolver problemas sociais como a fome, desnutrição, fracasso escolar, abandono, entre outros. Tal política tinha como objetivo ampliar a cobertura de atendimento às crianças pobres e atender às mães trabalhadoras.

O surgimento das instituições de Educação Infantil segundo Crayde e Kaercher (2001) esteve de certa forma, relacionado ao nascimento da escola e do pensamento pedagógico moderno, entre os séculos XVI e XVII. Assim as creches e pré-escolas surgiram depois das escolas e o seu aparecimento esteve associado às mudanças econômicas, políticas e sociais

que ocorreram na sociedade pela incorporação da mulher à força de trabalho assalariado, na organização das famílias, num novo papel da mulher, entre outras. Assim como as novas ideias sobre a infância e o papel da criança na sociedade.

Santos (2015) afirma que no Brasil entre o final do século XIX e até meados do século XX, surgem as creches, jardins de infância, escolas maternais e outros, que tinham apenas um caráter assistencialista, tendo como característica apenas o depósito de crianças. Ainda nesse período começou a ser desenvolvido no país o setor privado de atendimento à criança pequena. Foram criadas algumas instituições de jardins de infância para atender os filhos de famílias abastadas, asilos e creches para atendimento às crianças pobres, bem como as primeiras instituições pré-escolares assistencialistas.

Contudo, é na década de 1980 com a Constituição de 88 como aponta Santos (2015), que a Educação Infantil começa a se configurar como uma etapa educativa, passando a ganhar mais expressividade. Em vista disso, aumentou-se o número de escolas para atender esse público, assim como houve uma melhora na formação dos profissionais nessa área.

No artigo 205 da Constituição diz que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Constituição Federal, 1988)

Em se tratando de Educação Infantil, o artigo 208 inciso IV garante: “o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade” (BRASIL, 1988, p. 122). Assim, a educação passa a ser um direito da criança e um dever do estado.

Assim, de acordo com Craidy e Kaercher (2001) as creches e pré-escolas são direito tanto das crianças como de seus pais e são instituições de caráter educacional e não simplesmente assistencial como muitas vezes foram consideradas.

De acordo Santos (2015), com a Constituição de 88, surgiram uma série de debates acerca da Educação Infantil. Entre elas, a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Neste sentido, tanto o ECA como a LDB cumprem um papel importante de assegurar à criança pequena um tratamento específico e diferenciado. Sendo assim, o referido estatuto reafirma a educação como um direito da criança e não mais como um direito das mães trabalhadoras.

O artigo 3º do ECA dispõe que:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral que trata esta lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (BRASIL, 1990).

Desse modo, a Educação Infantil assegurada pela Constituição Federal de 88 e reafirmada com a criação do ECA, passa a ser reconhecida como primeira etapa da educação básica pela criação da Lei nº 9.394/96, LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que passa a valorizar a criança pequena e reconhecer a importância da educação logo nos primeiros anos de vida da criança.

O artigo 29º assegura que:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físicos, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e comunidade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) (Lei nº 9.394/96) (BRASIL, 1996).

Assim, a creche e pré-escola segundo Craidy e Kaercher (2001), têm, portanto, uma função de complementação e não de substituição da família como muitas vezes foi entendida. Desta forma, elas deverão integrar-se com a família e com a comunidade para que juntas possam oferecer o que a criança necessita para seu desenvolvimento e felicidade.

Para Craidy e Kaercher (2001), a LDB determina ainda que cada instituição do sistema escolar (portanto, também as instituições de educação infantil) deverá ter um plano pedagógico elaborado pela própria instituição com a participação dos educadores, que os educadores deverão ter sempre que possível o curso superior como formação mínima, ou curso normal com especialização em Educação Infantil.

Buscando contribuir com as escolas de Educação Infantil, foi criado o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), que representa um grande avanço na Educação Infantil, por buscar soluções educativas para a superação de uma concepção assistencialista que se tinha das creches. Trata ainda, de um referencial teórico que serve de base para educadores, já que apresenta propostas pedagógicas voltadas diretamente para trabalhar com crianças de zero a seis anos.

Portanto, compreende-se que a Educação Infantil passou por um longo processo de reconhecimento e avanço desde a Constituição de 88 até os dias atuais, sendo esta indispensável para a educação das crianças. Entretanto, vale ressaltar que ainda há muito que fazer, para que a Educação Infantil cumpra de fato seu papel e alcance a qualidade que tanto deseja.

Contudo, Kramer (2006) vem dizer que essa discussão sobre a educação pré-escolar deve levar em conta que apenas uma minoria das crianças desta faixa etária estão sendo atendidas hoje no Brasil, afirma ainda que este acesso à educação pré-escolar brasileira não está sendo garantido, que está sendo considerada como compensatória de deficiências, ou seja, o benefício que poderia trazer às crianças não está sendo efetivado.

4. AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Este capítulo tem como objetivo abordar a avaliação do processo de aprendizagem na Educação Infantil: pré-escolar. Busca-se compreender a importância desta ferramenta para a aprendizagem e as contribuições desta para melhorar a prática pedagógica na instituição de Educação Infantil.

4.1 Avaliação e o processo de aprendizagem

A denominação de avaliação segundo Luckesi (2003) é recente. Ela é atribuída a Ralph Tyler, que a criou em 1930. Com isso os pesquisadores da área de avaliação da aprendizagem reconhecem a Tyler o direito dessa paternidade, definindo o período de 1930 a 1945 como o período “tyleriano” da avaliação da aprendizagem. Segundo Luckesi, Tyler inventou a denominação de avaliação da aprendizagem e militou na prática educativa defendendo a ideia de que a avaliação poderia e deveria subsidiar um modo eficiente de fazer o ensino.

Luckesi (2003, p. 172) define a avaliação da aprendizagem “como um ato amoroso, no sentido de que a avaliação, por si, é um ato acolhedor, integrativo, inclusivo”. Buscando essa compreensão, faz-se necessário distinguir avaliação de julgamento. Neste sentido, o julgamento para Luckesi é um ato que distingue o certo do errado, incluindo o primeiro e excluindo o segundo. Já a avaliação tem por base acolher uma situação, para, então (e só então), ajuizar a sua qualidade, tendo em vista dar-lhe suporte de mudança, se necessário. Assim a avaliação, como um ato diagnóstico, tem por objetivo a inclusão e não a exclusão, a inclusão e não a seleção.

Trazendo essa compreensão para a aprendizagem, entende-se de acordo com Luckesi (2003) que a avaliação da aprendizagem escolar é um ato amoroso, na medida em que a avaliação tem por objetivo diagnosticar e incluir o educando, pelos mais variados meios, no curso da aprendizagem satisfatória, que integre todas as suas experiências de vida.

Neste sentido, a avaliação da aprendizagem na escola segundo Luckesi tem dois objetivos: auxiliar o educando no seu desenvolvimento pessoal, a partir do processo de ensino-aprendizagem e responder à sociedade pela qualidade do trabalho educativo realizado. Ambos só fazem sentido se caminharem juntos.

Em relação à avaliação na Educação Infantil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação citado por RCNEI (1998, vol. 1) estabelece, na seção II, referente à Educação Infantil, o artigo 31 que diz: “(...) a avaliação far-se-á mediante o acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental”. (p.59)

De acordo com o RCNEI (1998 vol. 1), a avaliação é entendida como um conjunto de ações que auxiliam o professor a refletir sobre suas condições de aprendizagem oferecidas e ajustar sua prática às necessidades colocadas pelas crianças. É um elemento indissociável do processo educativo que possibilita ao professor definir critérios para planejar as atividades e criar situações que gerem avanços na aprendizagem das crianças. Sua função é acompanhar, orientar, regular e direcionar esse processo como um todo.

Como aponta o RCNEI (1998, vol. 2) no que se refere à avaliação formativa deve-se ter em conta que não se trata de avaliar a criança, mas sim as situações de aprendizagem que foram oferecidas. Isso significa dizer que a expectativa em relação à aprendizagem da criança deve estar sempre vinculada às oportunidades e experiências que foram oferecidas a ela.

Assim, a valorização das suas conquistas pessoais, sejam elas comer sem ajuda de um adulto, conhecer o nome de todos os coleguinhas, cantar uma música, fazer um desenho, dentre outras habilidades e competências, podendo ser uma atitude esperada das crianças desde que tenha havido condições para que elas próprias possam aprender e se desenvolver, como também avaliar de forma positiva suas ações e, da mesma forma, receberem uma avaliação positiva delas. Nesse sentido, o professor pode ajudar as crianças a perceberem seu desenvolvimento e promover situações que favoreçam satisfazer-se com suas ações.

Haydt (1997, p.07) diz que, “ao avaliar os seus alunos, o professor está, também, avaliando seu próprio trabalho. Portanto, avaliação está sempre presente na sala de aula, fazendo parte da rotina escolar”.

Sendo assim, a avaliação na Educação Infantil: pré-escolar tem o objetivo de acompanhar a aprendizagem dos alunos, fazer com que os professores desta etapa da educação básica reflitam sobre suas práticas avaliativas e pedagógicas, adaptando estas práticas às necessidades apresentadas pelas crianças. No entanto, para que o professor mude sua prática avaliativa é preciso que ele saiba qual o verdadeiro sentido da avaliação, para que

este não faça apenas um julgamento de valor sobre a criança, mas que contribua para o desenvolvimento de suas capacidades, atingindo de fato a aprendizagem dos alunos.

4.2 Avaliação no contexto da educação infantil

Segundo Hoffmann (2009) a questão da avaliação na Educação Infantil insere-se na discussão histórica acerca de uma concepção assistencialista para o atendimento à criança. Neste sentido, a exigência de um processo formal de avaliação parece surgir, mais propriamente, como elemento de pressão das famílias, principalmente da classe média, por propostas verdadeiramente pedagógicas, para além do modelo assistencialista. Desta forma, a prática avaliativa, surge também como um elemento de controle sobre a escola e professor (as) que procuram formalizar e comprovar o trabalho realizado através da avaliação das crianças.

Hoffmann (2009), afirma que a formalização excessiva da avaliação, quando se efetiva, parece cumprir com o objetivo duplo de controlar a ação do professor e/ou o comportamento infantil, revelando-se em práticas avaliativas positivistas, nas quais percebem os sérios reflexos de concepções elitistas e discriminatórias do ensino regular. Essa influência pode ser percebida, por exemplo, na prática de elaboração de fichas comportamentais classificatórias semestrais no que se refere aos registros de avaliação de crianças. Da mesma forma, alguns pareceres descritivos encerram concepções disciplinadoras, setencivas e comparativas que ferem seriamente o respeito à infância.

Assim, refletir sobre a avaliação na Educação Infantil implica segundo Hoffmann (2009) pensar na criança que se avalia, pois essa não é uma prática neutra ou descontextualizada como procura se caracterizar a avaliação no ensino regular, no qual os professores determinam sentenças sobre os alunos sem perceber o seu inalienável compromisso com os julgamentos proferidos.

Desta forma, essa postura avaliativa tradicional do ensino regular, que classifica os alunos ao final de um período, é oposta a um significado de comprometimento do professor para melhoria do aprendizado e do professor com seu repensar pedagógico.

O modelo de avaliação classificatória segundo Hoffmann (2009) se faz presente nas instituições de Educação Infantil quando:

Nessas instâncias, avaliar é registrar ao final de um semestre as 'atitudes que a criança apresentou', utilizando-se, para isso, de listagens uniformes de comportamentos a serem classificados a partir de escalas comparativas tais como: atingiu, atingiu parcialmente, não atingiu; muitas vezes, poucas vezes, não apresentou; muito bom, bom, fraco, e outras. (p. 12)

Portanto, é preciso analisar o significado da avaliação no contexto próprio da Educação Infantil para evitar seguir esse modelo da escola tradicional. E desta forma, dar um novo significado a avaliação nesta instância educativa, buscando acompanhar e oportunizar ao máximo o desenvolvimento da criança.

4.3 Modalidades de avaliação

Conforme Haydt (1995), a avaliação apresenta três funções: diagnosticar; controlar e classificar. Sendo relacionadas a estas, três modalidades de avaliação: a diagnóstica, formativa e somativa.

A avaliação diagnóstica segundo Haydt (1995) tem a intenção de constatar se os alunos apresentam ou não conhecimentos e habilidades que são indispensáveis para as novas aprendizagens. Por meio dela o professor constata se os alunos estão ou não preparados para adquirir novos conhecimentos e identificar quais dificuldades de aprendizagem estão tendo.

A modalidade de avaliação formativa, com função de controle, segundo Haydt (1995) é realizada durante todo o decorrer do período letivo, com o intuito de verificar se os alunos estão atingindo os objetivos previstos, ou seja, quais os resultados alcançados durante o desenvolvimento das atividades.

Haydt (2005) afirma que esta modalidade de avaliação está muito ligada ao mecanismo de feedback, à medida que também permite ao professor detectar e identificar deficiências na forma de ensinar, possibilitando reformulações no seu trabalho didático, visando aperfeiçoá-lo.

Desta forma, a avaliação formativa é considerada por especialistas como parte integrante do processo ensino-aprendizagem, quando bem feita assegura que a maioria dos alunos alcance o objetivo desejado, como também provoca mudança no trabalho do professor.

Já a avaliação somativa de acordo com Haydt (1995), tem uma função mais classificatória, sendo realizada no final de um período letivo ou unidade de ensino, com a

intenção de classificar os alunos de acordo com os níveis de aproveitamento estabelecidos, tendo em vista a promoção de uma série para outra.

Assim, as três modalidades de avaliação referidas acima auxiliam o professor na eficácia do processo ensino-aprendizagem.

5. AVALIAÇÃO NA PRÉ- ESCOLA: RELATO E ANÁLISE DAS PRÁTICAS VIGENTES

Com a finalidade de verificar a importância dada ao processo de avaliação da aprendizagem pelos professores da Pré-escola como ferramenta não só para avaliar os alunos, mas sua própria prática, este capítulo tem como objetivo mostrar como ocorreu o processo de coleta dos dados. O capítulo encontra-se estruturado da seguinte forma: no primeiro tópico é feita uma breve apresentação do campo da pesquisa, o segundo tópico mostra como foi organizada a metodologia, o terceiro é o perfil dos sujeitos da pesquisa, e por fim, os resultados coletados na pesquisa.

5.1 Campo da pesquisa

A presente pesquisa foi realizada na Creche Municipal Dona Tereza Rodrigues de Carvalho, localizada à Rua Rui Barbosa- Centro-, na cidade de Nazaré-To. Fundada no dia 23 de Novembro de 2013, por meio da Lei nº 678/2013. Antes de ser creche o espaço era um campo society, construído a partir do projeto do MEC/PROINFÂNCIA, em parceria com a prefeitura municipal. A creche funciona nos períodos matutino (07h30min às 11h30min) e vespertino (13h00min às 17h00min), oferecendo turmas de berçário, maternal e jardim (pré-escola), ao todo a creche possui um total de 179 crianças, todos com situação socioeconômica baixa.

Optou-se por realizar o trabalho em uma creche municipal devido ao maior número de professoras que trabalham nessa área e conseqüentemente para obter uma maior variedade de respostas sobre a avaliação na Educação Infantil, pois desta forma seria possível compreender as várias formas de avaliação destas professoras na pré-escola.

As turmas escolhidas para desenvolver o trabalho foram as de Jardim (pré-escola) com crianças entre quatro e cinco anos de idade, sendo que no turno matutino funcionam três turmas, uma de Jardim I (com 18 alunos) e duas de Jardim II (uma com 17 e outra com 14 alunos), já no turno vespertino funcionam uma turma de Jardim I (com 21 alunos) e outra de Jardim II (com 18 alunos), totalizando cinco turmas.

Apesar da boa estrutura física que a creche apresenta, observou-se que algumas salas de aula deixam a desejar pelo pouco espaço, já que algumas turmas de pré-escola possui uma quantidade elevada de alunos. Outro ponto negativo observado é em relação ao local de

recreação, pois a instituição possui apenas um espaço coberto para as crianças brincarem na hora do recreio, o pátio, e no mesmo tem apenas dois brinquedos para as crianças se entreterem, um deles é um escorregador e uma casinha infantil, o primeiro considero até perigoso, pois são muitas crianças escorregando ao mesmo tempo, o outro espaço para recreação fica a céu aberto, que é onde estão localizados os balanços, também não é considerado adequado, principalmente para as crianças que estudam no período da tarde devido ao horário do recreio ser as 15h00min, essa hora é considerada muito quente para as crianças ficarem expostas muito tempo ao sol, pois elas podem ter sérios riscos a saúde entre eles desidratação, queimadura solar e até mesmo desenvolver futuramente um câncer de pele. Assim, mesmo com a supervisão das professoras, a recreação para a maior parte das crianças se resume em brincadeiras de correr, como pega-pega, por exemplo.

5.2 Turmas observadas

As salas de aula observadas são coloridas e decoradas com desenhos infantis, dentre estes, desenhos dos próprios alunos, assim como letras e números desenhados nas paredes, carteiras adequadas, boa climatização, assim como mobília para guardar materiais pedagógicos e dos próprios alunos.

A dinâmica da sala de aula acontece com a orientação da professora desde o momento da acolhida, as organizações das carteiras em três das cinco turmas observadas estavam divididas em grupos, onde a professora direcionava os alunos em quais carteiras sentarem, geralmente ficava meninos com meninos e meninas com meninas, às vezes eram meninos e meninas. Em caso de conversas que atrapalhariam o desenvolvimento da atividade ou mesmo por mau comportamento, o aluno era retirado do grupo ou trocado de lugar. Já nas outras duas turmas, as carteiras eram organizadas em fileiras.

Durante o momento da observação, as professoras sempre estavam circulando entre os alunos auxiliando nas atividades, ouvindo o que as crianças tinham a dizer, observou-se que havia uma interação entre professor e aluno e entre aluno com aluno por meio do diálogo, porém essa interação acontecia de modo que não viesse causar tumulto na sala de aula.

Embora seja um ponto positivo as professoras sempre estarem se movimentando dentro da sala para acompanhar os alunos, foi observado que duas das quatro professoras gritavam

muito com os alunos para que fizessem silêncio durante as atividades e permanecessem sentados em suas carteiras.

Observou-se que as professoras utilizam a observação e o registro do desenvolvimento do aluno como forma de avaliá-los, sendo estes alguns dos instrumentos de avaliação baseadas no RCNEI para acompanhar, orientar e direcionar o processo educativo como um todo.

Durante a observação constatou-se através de suas ações que duas das professoras observadas estão satisfeitas por atuarem na Educação Infantil, as outras duas, uma mostrou ter uma postura mais fechada e a outra não está tão satisfeita, apesar de ser a mais experiente na área.

5.3 Criança

De acordo o RCNEI (1998), a concepção de criança é uma noção historicamente construída e vem mudando ao longo dos tempos. Assim, a criança como todo ser humano, é um sujeito social e histórico que faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura e em um determinado momento histórico.

Assim, a criança deve ser considerada como um ser que sente e pensa o mundo de maneira única. O seu desenvolvimento se dá em etapas, fases, através da interação com o meio em que está inserida. Tendo em vista seu potencial, a criança é um ser inteiramente capaz de receber novas aprendizagens para construção do conhecimento. No entanto, essa concepção sobre a criança nem sempre foi assim.

Neste sentido, considerando as mudanças em relação à concepção de infância e que a criança é um ser que está em constante desenvolvimento, é necessário recorrer aos estudos de Jean Piaget, pois segundo ele o indivíduo passa por várias etapas de desenvolvimento ao longo de sua vida.

De acordo Piaget citado por Bock (2002), a criança passa por quatro estágios de desenvolvimento: o primeiro período compreendido pelo estágio sensório-motor (0 a 2 anos); o segundo período, correspondido pelo pré-operatório (2 a 7 anos); o terceiro período, operações concretas (7 a 12 anos); e o quarto período que são as operações formais (12 anos

em diante). Assim, Bock (2002) descreve os períodos de desenvolvimento segundo a perspectiva de Piaget.

Sendo que no primeiro período, o sensório-motor, o bebê consegue assimilar o mundo através de suas percepções e ações (movimentos), percebe-se um crescimento acelerado do desenvolvimento físico, ocasionando novos comportamento e habilidades. Em relação à linguagem, caracteriza-se pelo balbucio, mais conhecida como ecolalia, cujo significado é a repetição de sons e palavras. Como exemplo, a criança diz “leite”, para dizer que quer leite.

No segundo período, o pré-operatório, caracteriza-se pelo aparecimento da linguagem, possibilitando o desenvolvimento nos aspectos afetivos, sociais e intelectual da criança. O pensamento egocêntrico também é característica desse estágio, centrada em si mesmo, a criança não consegue se colocar no lugar do outro. Com a decorrência do desenvolvimento do pensamento, inicia-se a famosa fase dos “porquês”, onde para todas as coisas devem ter uma explicação.

Já o terceiro período, o das operações concretas, a criança já compreende regras, ordena elementos por tamanho, peso, desenvolve noções de tempo, espaço, ordem, entre outros. Ao estabelecer relações, a criança passa a pensar logicamente, diminuindo seu egocentrismo, levando em conta inúmeros aspectos de uma determinada situação. Adquire a noção de reversibilidade, que é a capacidade de compreender um processo inverso ao observado anteriormente.

Por fim, o período das operações formais, é o ápice do desenvolvimento cognitivo. Aqui o pensamento antes representativo torna-se abstrato, o pensamento torna-se hipotético-dedutivo, ou seja, é capaz de pensar em diferentes relações possíveis, a partir de hipóteses e não apenas pela observação da realidade. Nessa fase, através da possibilidade de pensar e lidar com os conceitos de liberdade e justiça, no plano emocional o adolescente vivencia conflitos desejando liberta-se do adulto mesmo dependendo dele.

Embora seja evidente a importância dos quatro estágios para evolução do ser humano, enfatiza-se o segundo, o pré-operatório, que é a fase onde se direciona a pesquisa de campo.

Em relação ao comportamento das turmas observadas na pesquisa de campo, as crianças que frequentam o Jardim I são mais inquietas do que as crianças que estão no Jardim II, talvez a faixa etária destas seja o motivo que contribuiu para que isso acontecesse. Quanto à

participação, observou-se em todas as turmas que a maioria das crianças sempre estavam participando, seja perguntando o que não entendiam ou expondo alguma experiência vivida por elas, as professoras também sempre procuravam por meio da oralidade instigar os alunos a participarem da aula.

Neste sentido, é em meio a essa interação que acontece entre o professor e os alunos dentro da sala de aula ou até mesmo fora dela, que a criança se desenvolve, que ela descobre o mundo ao seu redor e assim constrói o seu conhecimento de mundo.

5.4 Professor

O professor de Educação Infantil tem papel fundamental no desenvolvimento das atividades educacionais, por isso ele necessita desenvolver habilidades de observação sobre seus alunos, já que este é o mediador entre a criança e o conhecimento, é necessário que esse profissional esteja em uma constante busca por aprender como a criança se desenvolve, que ele possa na prática fazer esse acompanhamento, criando oportunidades para elas manifestarem seus pensamentos, criatividade, ideias, imaginações e relações sociais.

Dessa forma, a LDB dispõe, no título VI art. 62 que:

“A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal”.

Isso significa de acordo com o RCNEI (1998), que as diferentes redes de ensino deverão investir de maneira sistemática na capacitação e atualização permanente e em serviço de seus professores (sejam das creches ou pré-escolas), aproveitando as experiências acumuladas daqueles que já vêm trabalhando com crianças há mais tempo e com qualidade. Ao mesmo tempo, deverão criar condições de formação regular de seus profissionais, ampliando-lhes chances de acesso à carreira como professores de Educação Infantil, função que passa a lhes ser garantida pela LDB, caso cumprido os pré-requisitos. Nessa perspectiva, faz-se necessário que estes profissionais, nas instituições de Educação Infantil, tenham ou venham a ter uma formação inicial sólida e consistente.

Assim, o RCNEI vem dizer que o trabalho direto com crianças pequenas exige que o professor tenha uma competência polivalente, ou seja, significa que cabe ao professor trabalhar com conteúdos de naturezas diversas que abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes das diversas áreas do conhecimento. Este caráter polivalente demanda, por sua vez, uma formação bastante ampla do profissional que deve tornar-se, ele também, um aprendiz, refletindo constantemente sobre sua prática, debatendo com seus pares, dialogando com as famílias e a comunidade e buscando informações necessárias para o trabalho que desenvolve.

Neste sentido observou-se quanto à formação das quatro professoras, que duas possui o curso de Pedagogia, as outras, uma tem o curso Normal Superior com complementação em Pedagogia, e a outra tem apenas o curso de Normal Superior, ambas possuem pós-graduação e são efetivas a mais de três anos no município.

No que se refere à postura das professoras, conforme citado no final do item 4.2 observou-se que das quatro, duas estão satisfeitas por atuarem na Educação Infantil, percebe-se nestas que há uma relação de afeto entre elas e os alunos, o modo como elas se direcionam para falar com as crianças demonstra que elas têm certa paciência para também ouvir o que eles têm a dizer. Já as outras duas, percebe-se que uma tem uma postura mais fechada, ela não demonstrou muito afeto em relação às crianças e a outra demonstrou claramente em suas falas que não está satisfeita, embora tivesse algumas atitudes carinhosas com os alunos.

5.5 Entrevista

Em relação a entrevista feita com as professoras da pré-escola, é importante citar que esta aconteceu por meio de gravação sendo que as respostas foram transcritas da maneira como nos foi relatado, considerando erros ortográficos, e codificadas com a intenção de preservar a identidade de cada uma das entrevistadas.

Nesse sentido, pôde-se observar na fala das professoras que avaliar é:

- *“Avaliar é acompanhar né, o desenvolvimento do aluno”. (Professora A)*
- *“Avaliar é observar o aluno, principalmente na pré-escola como a avaliação não é escrita é mais de observação, é observar o desenvolvimento do aluno, como ele chega na escola, como ele fica durante a aula, como ele termina no final de cada mês, você vê o desenvolvimento de como ele iniciou e de como ele concluiu aquele mês ou cada bimestre*

e no final do ano você ter uma, uma análise geral do desenvolvimento dele, por isso que é importante fazer, eu tenho um caderno de anotações né, que eu chamo diário de bordo aí tudo que acontece de cada aluno eu faço as observações diárias naquele caderno, no final do ano eu vou fazer uma avaliação geral do que aconteceu no ano daquele aluno, de cada aluno, então a avaliação é periódica e contínua, ela é diária, não tem uma provinha pra passar pra eles, pra tipo vou avaliar, vou fazer uma avaliação escrita né, então a avaliação na pré-escola é feita dessa forma, pelo menos eu faço dessa forma, mais questão de observação mesmo, de diálogo, de conversar com eles também porque tem a questão muito de conversar com eles porque a gente observa e consegue descobrir muita coisa, na hora que eu chego na sala já conversar com eles, pra fazer pergunta espontâneas e esperar respostas deles, aí isso pra mim é avaliação”. (Professora B)

- *“Na minha opinião avaliar na Educação Infantil é a gente procurar meios pra, é, pra saber o que o aluno precisa né, a partir da avaliação a gente sabe o que ele vai precisar, até aonde ele tá, e a partir daí a gente, é, fazer atividade é, que ele se desenvolva a partir de onde ele tá precisando”. (Professora C)*
- *“É o processo de analisar os avanços das crianças no dia-a-dia e assim contribuir para que nós professores possamos repensar sobre nossa prática pedagógica possibilitando assim o desenvolvimento das crianças”. (Professora D)*

O que se percebe no discurso das quatro professoras é que avaliar está relacionado ao modo como a criança se desenvolve isso porque o objetivo principal da Educação Infantil é justamente o de promover o desenvolvimento integral da criança, por isso a avaliação deve ser vista, principalmente pelos professores, como meio de conquista desse objetivo, devendo respeitar a singularidade e a individualidade de cada criança, para que esta se desenvolva integralmente.

Como afirma a Lei de Diretrizes e Bases da Educação na seção II, referente à avaliação na Educação Infantil o artigo 31 que diz que esta: “far-se-á mediante o acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem objetivo de promoção, mesmo que para acesso ao ensino fundamental”. (p. 59)

Sendo a Educação Infantil considerada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) como a primeira etapa da educação básica, foi elaborado o RCNEI, um guia de reflexão educacional para auxiliar os profissionais de todo Brasil na realização do trabalho educativo diário junto às crianças pequenas.

Sabendo da importância deste documento para a Educação Infantil, foi necessário questionar as professoras sobre avaliação que o Referencial propõe e se elas achavam possível praticá-la em sala de aula. As respostas de cada professora foram:

- *“Não. Nem tudo é possível né, nem tudo que tá lá é possível colocar em prática né, mais a gente adapta né de acordo com a realidade aqui da onde a gente tá trabalhando né e cada aluno ele tem, ele tem a sua, o seu desenvolvimento né! Nem todos conseguem acompanhar né, a avaliação que eles querem, tem seu tempo de aprender né, então não dá pra acompanhar tudo que tá lá não”. (Professora A)*
- *“Eu acho que muita coisa é possível colocar em prática, só que o RCNEI ele foi feito observando o Brasil de forma generalizada né, tem muita coisa que acontece aqui no interior do Tocantins, no Maranhão, que eles não colocam de forma detalhada pra cada região né, então é um geralzão, têm muita coisa que dá que tem como você aproveitar, mais tem muita coisa que acontece que não tem que é coisa da região mesmo, então tem como você aproveitar mais nem tudo, não é cem por cento, esse material que vem de orientação ele já é fechado né, pra todo mundo do Brasil é igual, então a gente tem que ir tentando analisar e considerar a região da gente e observar, porque as crianças daqui não vivem igual às crianças do Rio de Janeiro que moram num apartamento, totalmente diferente, dá pra aproveitar mais não cem por cento”. (Professora B)*
- *“Eu acho difícil aqui no Tocantins né, é difícil porque lá o RCNEI ele ensina uma coisa e nosso sistema do Tocantins aqui, eles passam pra gente outra, então eu acho difícil dessa parte, mas tem como, cada professor tem como fazer alguma coisa dentro da sala que, depende do professor né, cada professor que...”. (Professora C)*
- *“Proveitosa, uma vez que a avaliação se faz necessária no processo educativo e que a instituição entenda que ela faz parte do mesmo e é possível colocar em prática sim, depois de uma bela (formação; e/ou estudo a fundo”. (Professora D)*

Segundo a professora C, a avaliação que deve ser feita no município chega para as professoras da Educação Infantil diferente do que propõe o RCNEI, pois são feitas adaptações de acordo com a realidade local.

Já as outras professoras acham a proposta proveitosa, uma disse que muita coisa que está no Referencial é possível colocar em prática.

O RCNEI (1998) foi concebido para servir como um guia de reflexão de cunho educacional, sobre objetivos, conteúdos e orientações didáticas para os profissionais que atuam diretamente com crianças de zero a seis anos, respeitando seus estilos pedagógicos e a diversidade cultural brasileira, isto quer dizer que as orientações que o Referencial propõe devem ser seguidas adaptando-as de acordo com a cultura de cada povo, de cada região.

Quando perguntadas sobre a avaliação na pré-escola, três das quatro professoras acham necessário esse processo de avaliação, de acompanhar, registrar a cada dia o desenvolvimento dos alunos, para elas é importante, isso se confirma nas falas a seguir:

- *“Sim, igual eu falei na primeira resposta né, na primeira pergunta, é de fundamental importância porque muita gente que acha que a pré-escola é só pra brincar né, que o aluno só vem brincar e o brincar é também é aprender, o brincar também é educar, então eles chegam aqui e eles saem, eles chegam aqui e tem que sair com uma aprendizagem, não é aquela aprendizagem... Separadamente e faço anotações de cada aluno”. (Professora B)*
- *“Sim, eu considero, é necessária porque a partir da avaliação que vai saber de onde a gente começa né, de onde que a gente vai seguir com aquele aluno, é importante”. (Professora C)*
- *“O processo de avaliar se faz necessário em todas as modalidades de ensino. Porém um dos grandes gargalhos são as exigências impostas pelas organizações educacionais de como avaliar”. (Professora D)*

Embora, a avaliação na Educação Infantil seja necessária para promover o desenvolvimento da criança, esta deve ser feita com cautela pelo professor, pois avaliar nessa fase é muito difícil e exige estudo e reflexão teórica acerca da criança e da própria prática pedagógica.

Neste sentido, Weisz (2004) afirma que avaliação não só ocorre para avaliar a aprendizagem do aluno, mas também a intervenção do professor. O professor deve constantemente se avaliar e refletir sobre sua prática a fim de melhorá-la, pois os objetivos devem ser replanejados em função das conquistas (ou não) do grupo.

Já a professora que disse não achar necessária a avaliação na pré-escola baseou sua fala em uma experiência de uma escola que trabalhou que faziam provas com os alunos. Segue o relato da fala dela:

- *“Não. Não acho necessária né à avaliação assim pra eles né, eles são, eles são muito pequenos ainda né, assim, pra ter que fazer avaliação né, porque aqui não né à gente ainda tem um método diferente de avaliar né, através dos conceitos, não tem a prova em si, avaliação, mais eu já trabalhei em uma escola que tinha né, e eu não achava né, necessário ter essas provas pra poder eles tá fazendo pra poderem ser avaliados”.* (Professora A)

Em relação ao discurso acima (Professora A), observou-se que o termo avaliação assumiu um outro sentido, o de atribuição de notas ao aluno. No entanto, Haydt (2009) vem dizer que a atividade educativa não tem como meta atribuir notas, mas sim realizar uma série de objetivos que causem mudanças no comportamentos dos alunos. E cabe justamente a avaliação verificar em que medida esses objetivos estão sendo realmente alcançados, para ajudar o aluno avançar na aprendizagem.

Em relação ao modo como é feita a avaliação dos seus alunos, observou-se em trechos das falas a seguir que esta vem sendo feita:

- *“Continua, né! Todos os dias a gente tá avaliando o desenvolvimento deles e buscando né, outros métodos pra eles tarem se desenvolvendo, né, porque cada um se desenvolve em tempo diferente né, e de forma diferente, então é necessário sempre tá buscando método diferente pra eles poderem tá se desenvolvendo, então dessa forma que eles são avaliados todos os dias”.* (Professora A)
- *“Mais questão de observação mesmo, de diálogo, de conversar com eles, através de anotações diárias de cada um no diário de bordo, quando faço perguntas espontâneas na sala de aula e espero as respostas dele, eu tô avaliando eles, então a avaliação na minha turma é periódica e contínua”.* (Professora B)
- *“A avaliação na minha turma é assim, primeiro no início do ano eles chegam e eu vou fazer a avaliação pra mim saber como é que eles tão né, mesmo aquele aluno que chega a primeira vez na escola, mesmo aquele aluno que jaz fez o jardim I e vão pro jardim II a gente faz né a avaliação pra ver como é que ele tá, não pra avaliar o conhecimento dele né, que isso aí, assim, o conhecimento dele não, não pra avaliar pra dizer assim,*

ah esse aqui tá mais fraco, esse aqui tá mais forte, não é isso, é pra gente se encontrar né, pra, aí eu faço a avaliação no início aí durante toda atividade, qualquer coisa que acontece na sala eu já vou avaliando eles, sem assim aquela cobrança deles ter que saber aquilo né” . (Professora C)

- *“Estou atuando nesta turma desde o início de agosto do ano corrente, e venho avaliando de acordo com os avanços de cada um de forma individual e coletiva”. (Professora D)*

Sobre a resposta da professora C, ficou claro em sua fala que ela faz uma avaliação diagnóstica dos alunos para saber em que nível de aprendizagem eles se encontram, a partir dos resultados a professora busca elaborar um material para trabalhar com alunos, partindo da dificuldade apresentada.

Embora esta professora faça uma avaliação diagnóstica de seus alunos, a avaliação formativa é de suma importância para o processo de ensino aprendizagem na educação infantil. É este tipo de avaliação que possibilita ao professor analisar o processo de aprendizagem do aluno.

O Referencial considera ainda que deve haver um retorno desta avaliação para a criança, para que ela acompanhe suas conquistas e dificuldades. Para que isso ocorra o professor deve compartilhar com elas as observações sinalizando seus avanços e possibilidades de superação, visando sempre seu desenvolvimento. Quando esse retorno se dá de forma contextualizada para a criança, reforça ainda mais a função formativa que deve ser atribuída à avaliação.

Daí, quando questionadas sobre os instrumentos utilizados para avaliar os alunos e se estes eram eficazes, segue respostas das professoras:

- *“Sim né, porque como é uma avaliação contínua, então todos os dias a gente tá buscando ferramenta diferente né pra tá avaliando eles, pra estarem se desenvolvendo, então assim, e é de forma individual também né e da forma coletiva, então eu acho que dessa forma considero sim como eficazes”. (Professora A)*
- *É eu comecei, tem um mês que eu tô atuando na área e quando eu comecei primeiro eu fiz um diagnóstico, nas duas primeiras semanas eu fiz um diagnóstico pra... Quando eu comecei eu fiz, porque eu peguei uma turma já em andamento era outra professora né, no primeiro semestre era a Maria José aí me entregaram a turma aí ela mudou de*

turma, aí eu precisava ter uma noção de como era, de que nível tava os alunos né, aí eu fiz um levantamento diagnóstico de duas semanas de atividades, tipo ela me falou o que, que eles já sabiam, já faziam aí eu fiz o levantamento assim com atividades pra ver qual o nível que eles tavam e fui avaliando cada um né, a partir daí que eu fiz que eu fui iniciar as atividades mesmo pra dar sequência... Pois é como só tem um mês que eu iniciei não tem como eu te responder essa pergunta precisamente porque eu vou saber mais pro final se tá dando certo entendeu, eu acredito que sim e, mais a forma que tá acontecendo eu posso vir achar que, não dessa forma tá dando certo, mais futuramente eu posso incrementar outras coisas, posso pensar de outra forma, então é pouco tempo ainda pra mim te responder essa pergunta”. (Professora B)

- *“É a observação, eu observo as atividadezinhas deles também, é, durante as atividades deles em grupo, durante as atividades deles individual, é na oralidade, quando eu faço rodinha de conversa que eu vejo quem é que fala mais, quem é que fala bem, quem que..., eu avalio nessa parte aí também e durante as apresentações que tem, a gente avalia também, eficaz, eu acho assim que é o que eles precisa sabe, é o jeito que tem de avaliar eles, entendeu”. (Professora C)*
- *“Utilizo a observação e o acompanhamento dos avanços de cada um. São de grande eficácia. O maior problema é a falta de condições de trabalho para melhoria da prática pedagógica”. (Professora D)*

Como avaliar nessa fase da educação é considerado um processo delicado, é necessário que o professor tenha seus critérios de avaliação bem definidos para que esta não ocorra de forma equivocada, o que não ficou claro na fala das professoras A e B. No entanto, as outras duas professoras, disseram que utilizam a observação e como o aluno desenvolve as atividades individual e coletiva.

Hoffmann (1996) traz alguns aspectos importantes que devem ser considerados na hora de avaliar, seja qual for o instrumento utilizado. Para ela, o professor deve conscientizar-se de que é avaliado um estado da criança, não uma característica permanente; evitar dar relevância a comportamentos isolados; não inter-relacionados e sem significado; conscientizar-se da diferença entre as crianças; levando em conta que cada uma tem o seu tempo; proporcionar diferentes vivências para que possa ser avaliada a reação da criança frente a situações variadas; respeitar as crianças em seu temperamento próprio; em suas características individuais.

Na Educação Infantil, a observação é considerada como principal instrumento de avaliação. Porém observar a criança é mais do que apenas olhar, a observação deve ser fundamentada no conhecimento sobre a criança e o seu processo de aprendizagem, possibilitando a investigação e a coleta de informações sobre o aluno avaliado.

Por ser um instrumento de avaliação, a observação também não é neutra. Ao observar, o professor põe em pauta seus conhecimentos, conceitos, emoções e valores. (AROEIRA, SOARES, MENDES, 1996). Assim, o professor para melhorar sua capacidade de avaliação deve ter sua prática de observação fundamentada em uma boa base teórica.

Nesse sentido, fez-se necessário saber das professoras de que forma a avaliação contribui para o processo de aprendizagem. No discurso abaixo de três das professoras (A, B, D) entrevistadas pôde-se observar que a avaliação tem muito a contribuir para o desenvolvimento da aprendizagem do aluno.

- *“Bom, o aluno ele gosta muito de ouvir né, ele gosta de ouvir “ah tá bom”, “tá perfeito”, né, que é uma forma da gente tá avaliando né, então isso ajuda muito eles, né, no desenvolvimento do ego deles né, e é necessário a gente tá falando isso aí pra eles, que é uma forma de avaliação todos os dias, “agora ficou bom”, “agora tá perfeito”, então é muito eficaz pra eles tá ouvindo isso aí né, questão da autoestima deles, pra eles poderem tá sempre querendo aprender mais”. (Professora A)*
- *“A avaliação, a contribuição que acontece é porque você não deixa o aluno parado, estagnado naquele sentido, se você não avaliar o aluno não tem como você melhorar ele, se você não fazer uma análise de como tá o desenvolvimento dele ele não vai desenvolver, ele vai ficar naquele lugarzinho parado, igual tem aluno aqui que não sabe pintar, tinha aluno aqui que não sabia pegar uma tesoura pra fazer recorte e é necessário fazer recorte, fazer ééé, fazer colagem com esses alunos, então se você não entregar uma tesoura pra ele pra saber se ele sabe pelo menos cortar, é uma forma de avaliar e quando eu entreguei a tesoura pra ele e dei uma revista pra ele cortar, eu fui avaliar se ele conseguiria fazer isso né, então é necessário fazer isso pra poder seguir com as atividades posteriores”. (Professora B)*
- *“Eu acho que a avaliação na Educação Infantil ela, ela vai mais pra professor, pra gente se encontrar do que pro aluno, eu acho que ela é mais eficaz assim pra gente sabe, se encontrar do que pra eles porque eles, eles são pequenos demais pra gente tá avaliando assim né, desse jeito, mas eu acho que eu avaliando eles eu sei da onde é que*

eu vou partir pra ele né, eu vou saber que aquele aluno ele não vai , eu não vou avaliar ele igual eu avalio todos né, a partir daquela avaliação que eu fiz dele eu vou, eu vou levar atividade pra ele que, a partir da dificuldade dele, de cada aluno, eu nunca passo atividade assim, na minha sala eu sempre tenho um, mais de seis atividades diferentes, porque eles não são igual, eles não desenvolve da mesma forma né, então eu sempre passo atividade diferenciada, então é por isso que é importante essa avaliação, pra gente saber aonde é que tá, porque eles não vão vim tudo bunitim, tudo sabendo a mesma coisa não”. (Professora C)

- *“A avaliação contribui para o aprendizado das crianças, pois é através da mesma que se reinventa a prática pedagógica de acordo com as necessidades do educando”. (Professora D)*

Já na fala da professora C observou que esta é contrária ao objetivo primeiro da avaliação, onde se deve acompanhar a aprendizagem do aluno, e a partir daí fazer com que o professor reflita sobre sua prática pedagógica.

Para o RCNEI (1998) a avaliação é entendida, prioritariamente, como um conjunto de ações que auxiliam o professor a refletir sobre as condições de aprendizagem oferecidas e ajustar sua prática às necessidades colocadas pelas crianças. É um elemento indissociável do processo educativo que possibilita ao professor definir critérios para planejar as atividades e criar situações que gerem avanços na aprendizagem das crianças. Tem como função acompanhar, orientar, regular e redirecionar esse processo como um todo.

Quanto à importância da avaliação para a prática pedagógica em sala de aula, as professoras responderam que:

- *“Bom, ela é necessária né, porque a gente sempre tem que tá se auto avaliando né, porque o professor precisa disso, ele não pode tá acomodado com a sua prática e isso faz com que ele busque novos métodos pra poder tá trabalhando, desenvolvendo em sala de aula, então assim, a auto avaliação a gente tem que se fazer sempre pra poder tá melhorando a prática né, e assim também trazendo melhorias pra sala de aula, então é algo de fundamental importância né, a avaliação”. (Professora A)*
- *“É igual eu falei né, é muito importante porque não tem como você seguir o ano todim com uma turminha sem você avaliar a turma, como é que você tá trabalhando a letra, tipo, porque aqui a gente trabalha as vogais na pré-escola, é, o documento diz que a*

gente pode alfabetizar não é uma forma de alfabetizar, mais tem aluno que, tem a Nágila que já sabe escrever o nome dela completo, tem aluno que tem a necessidade de seguir mais rápido a gente não poda ele, lógico que não vai ensinar a ler e escrever nem forçar nem um aluno, mas se eu apresentar as vogais pra eles e eles já tinham conhecimento, então aí eu vou... e o alfabeto também a gente apresenta pra eles e, pois é pra mim fazer, pra mim continuar as atividades eu tive que fazer essa avaliação pra saber que nível eles tavam ne, pra poder continuar, então é necessário fazer uma avaliação, não tem como você trabalhar a prática pedagógica numa sala de aula sem fazer avaliação, sem avaliar o aluno senão fica parado no tempo, o aluno não segue em frente e nem você com suas aulas, as aulas não reproduzem entendeu, daquela forma como esperava”. (Professora B)

- *“É pra mim me encontrar, pra mim poder ajudar eles a partir da avaliação que eu faço, né!”. (Professora C)*
- *“Possibilita-me a repensar e reinventar a minha prática pedagógica que é de suma importância para meu trabalho melhorar mais e mais”. (Professora D)*

O que se percebe no discurso das professoras é que a avaliação feita por elas não coloca o aluno no centro do processo do avaliativo, o que ele aprendeu ou não diariamente ou durante todo o período letivo e sim que a avaliação serve mais para o professor do que para o aluno, com isso perde-se o sentido principal da avaliação na educação infantil.

Dessa forma, para que a avaliação se constitua como um instrumento voltado para reorientação da prática educativa, o RCNEI (1998, vol. 1) vem dizer que esta deve se dar de forma sistemática e contínua, tendo como objetivo principal a melhoria da ação educativa. Já no que se refere às crianças, a avaliação deve permitir que elas acompanhem suas conquistas, suas dificuldades e suas possibilidades ao longo de seu processo de aprendizagem. Para que isso ocorra, o professor deve compartilhar com elas aquelas observações que sinalizam seus avanços e suas possibilidades de superação das dificuldades.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Produzir este trabalho de pesquisa foi de suma importância para ampliar os conhecimentos sobre a avaliação na Educação Infantil e suas contribuições para o processo ensino-aprendizagem, visto que esta ferramenta se faz tão presente na realidade profissional de um pedagogo. Discutir sobre a avaliação na Educação Infantil é muito relevante para compreender como o processo de avaliar a criança é fundamental para o seu desenvolvimento educacional e pessoal.

Assim, o objetivo deste foi verificar como as professoras da pré-escola da creche municipal de Nazaré/TO pensam a avaliação nesta fase da educação e quais instrumentos avaliativos estão sendo utilizados para promover a aprendizagem dos alunos.

Diante do estudo teórico sobre a avaliação nesta etapa da educação básica, percebe-se que a avaliação na Educação Infantil é uma tarefa complexa, pois exige dos professores um olhar mais atencioso para a criança, pois esta deve estar o tempo todo sendo avaliada. Desse modo, a forma como o professor avalia o aluno e os instrumentos utilizados por ele são fundamentais para que o desenvolvimento do ensino-aprendizagem seja alcançado por todos os alunos e o próprio professor, sendo que ao avaliar o aluno ele deveria também avaliar a sua prática pedagógica buscando melhorá-la.

Direcionando o foco deste estudo para a análise dos resultados da pesquisa, constatou-se que as professoras demonstraram clareza em suas falas a respeito do que é avaliar na Educação Infantil.

E como a avaliação nesta etapa da educação básica não requer a atribuição de notas ao aluno, se constatou na pesquisa de campo o que já se imaginava ouvir das professoras, de que a mesma é feita por elas através de observação e acompanhamento do desenvolvimento dos alunos.

Verificou-se ainda que, os instrumentos de avaliação utilizados pelas professoras da pré-escola para promover a aprendizagem dos alunos são registros diários em diário de bordo, atividades xerocopiadas, oralidade, atividades em grupo e individual.

Dessa forma, acredita-se na relevância deste trabalho pelo fato de que a avaliação na Educação Infantil contribui de forma direta para o desenvolvimento do processo de ensino-

aprendizagem. Daí a necessidade de os profissionais da educação de fato conhecerem a função da avaliação nesta fase e as contribuições que esta pode oferecer para a prática pedagógica, a fim de melhorar o trabalho do professor e propiciar uma aprendizagem bem direcionada e consistente aos alunos.

Portanto, entende-se que a avaliação na Educação Infantil: pré-escolar é importante e necessária, que o professor deve compreender e usar este instrumento como meio de melhorar a qualidade do ensino-aprendizagem, tendo seus critérios de avaliação e objetivos bem definidos, desta maneira acredita-se que a avaliação de fato alcançará o seu objetivo principal, o desenvolvimento integral da criança.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**; trad. Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 2^oed, 1981.
- BOCK, Ana Mercês Bahia. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia** / Ana Mercês Bahia Bock, Odair Furtado, Maria de Lourdes Trassi Teixeira. – 13. Ed. Reform. e ampl. – São Paulo: Saraiva 2002.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 1996**. BRASIL, Constituição República Federativa do **Brasil**, DF: Senado Federal, 1988. CORAZZA, Sandra Mara. **Infância e Educação: era uma vez... Quer que conte outra vez?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- CIDADANIA, Ministério Da. **PETI**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/peti>>. Acesso em: 04 set. 2017.
- CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis Elise P. da (org.). **Educação Infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.
- EDUCAÇÃO, Portal. **Histórico do Desenvolvimento da Infância desde a Idade Média até os dias de hoje**. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/psicologia/historico-do-desenvolvimento-da-infancia-desde-a-idade-media-ate-os-dias-de-hoje/26666>>. Acesso em: 20 ago. 2017.
- HAYDT, Regina Célia Cazaux. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. 5^o ed. São Paulo: Ática, 1997.
- HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente**; trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação na pré-escola: Um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. 15^o ed. Porto Alegre: Mediação, 2009. Vol. 3.
- KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 8^o ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- LOPES, F. R. **Infância: concepções, educação e formas de brincar**. In RISCAROLI, E. (Org.) **Infância e Educação: teorias, práticas e costumes**. Curitiba, PR: CRV, 2014. (p.215-245)
- LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 15^o ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- RAMOS, F.P. **A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI**. In DEL PRIORI, M. (Org.) **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000. (p. 19-49)
- RCNEI. **Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil**. Brasília, 1998, VOL.01, VOL. 02.
- SANTOS, Joedson Brito dos. **O FUNDEB e a educação infantil**. 1^o ed. Curitiba: Appris, 2015.

TUTELAR, Conselho. **Conselho tutelar**. Disponível em:
<<https://www.google.com.br/search?q=conselho+tutelar&oq=conselho&aqs=chrome.1.69i57j0l5.7394j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>>. Acesso em: 04 set. 2017.

WEISZ, Telma. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem**. 2º ed. São Paulo, SP: Ática, 2004.

ANEXO A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) a participar da pesquisa: A importância da Avaliação na Educação Infantil dentro do processo ensino-aprendizagem, sob a responsabilidade do pesquisador Camila Almeida Marinho, aluna do curso de Pedagogia Tocantinópolis/UFT, que tem como orientadora a Ma. Zian Karla Vasconcellos Barros, professora da Universidade Federal do Tocantins, a qual pretende observar como a avaliação é vista pelos professores da pré-escola, qual a importância desta para sua prática pedagógica, como está sendo feita e os métodos que estão sendo usados para promover o aprendizado.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevista que consistirá em obter informações sobre a avaliação na Educação Infantil: pré-escolar. Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento você não precisa realizá-lo.

Se você aceitar participar, estará contribuindo com uma parte fundamental do trabalho de conclusão do curso de Pedagogia pela UFT/Tocantinópolis.

A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. Se depois de consentir em sua participação o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para obtenção de qualquer tipo de informação sobre os seus dados, esclarecimentos, ou críticas, em qualquer fase do estudo, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o pesquisador no endereço camilaalmeida@uft.edu.br, ou pelo telefone (63) 999577848. Em caso de dúvidas ou desavença com o pesquisador o (a) Sr (a) pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Tocantins (CEP-UFT: Quadra 109 Norte, Avenida NS 15, ALCNO 14, Plano Diretor Norte, Campus Universitário de Palmas, Prédio do Almojarifado, CEP: 77.001-090 em Palmas TO), telefone 63 3232-8023, de segunda a sexta-feira no horário comercial (exceto feriados).

Eu, _____, fui informado (a) sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não

receberei nenhum tipo de compensação financeira pela minha participação neste estudo e que posso sair quando quiser. Também sei que caso existam gastos adicionais, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós. Reclamações e/ou insatisfações relacionadas à participação na pesquisa devem ser comunicadas por escrito à Secretaria do CEP/UFT, desde que os reclamantes se identifiquem, sendo que o seu nome será mantido em anonimato.

Data: ___/___/_____

Assinatura do participante

Assinatura da pesquisadora responsável

ANEXO B

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Solicitamos a autorização da Creche Municipal Dona Tereza Rodrigues de Carvalho para desenvolver a pesquisa intitulada “A importância da Avaliação na Educação Infantil dentro do processo ensino-aprendizagem.” sob a responsabilidade da discente do curso de Pedagogia, Camila Almeida Marinho, sob orientação da professora Ma. Zian Karla Vasconcellos Barros. A pesquisa pretende analisar como a avaliação é vista pelos professores da pré-escola, qual a importância desta para sua prática pedagógica, como está sendo feita e os métodos que estão sendo usados para promover o aprendizado.

Esta pesquisa envolve duas etapas:

- 1) Análise bibliográfica: mediante a sistematização bibliográfica a partir de autores que fazem a discussão sobre o processo de avaliação na Educação Infantil: pré-escolar e sua importância para o trabalho do professor.
- 2) Análise das informações obtidas a partir da percepção de professores da pré-escola, por meio de observação e entrevista semiestruturada, a qual será coletiva e/ou individual, com gravação do áudio.

A participação dos professores é voluntária. Havendo aceitação, estarão contribuindo com uma parte fundamental do trabalho de conclusão do curso de Pedagogia pela UFT/Tocantinópolis.

Esta pesquisa não acarretará danos físicos ou morais aos participantes, bem como não terão nenhuma despesa e também não receberão nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas o nome dos participantes não será divulgado, sendo guardado em sigilo.

Para obtenção de qualquer tipo de informação sobre os dados da pesquisa, esclarecimentos, ou críticas, em qualquer fase do estudo, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o pesquisador no endereço camilaalmeida@uft.edu.br ou pelo telefone (63) 999577848.

Eu, _____, gestora da creche, fui informada (o) sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da nossa colaboração. Por isso, eu autorizo o desenvolvimento da pesquisa na creche, sabendo que não

receberemos nenhum tipo de compensação financeira pela participação neste estudo e que os participantes, individualmente, podem não aceitar contribuir com a pesquisa. Também sei que caso existam gastos adicionais, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Tocantinópolis - TO, _____ de _____ de 2018.

Assinatura do participante

Assinatura do pesquisador responsável

APÊNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

- ✓ O que é avaliar?
- ✓ O que você acha da orientação dada pelo RCNEI sobre a avaliação na Educação Infantil? Você acha possível colocar em prática? Explique.
- ✓ Você considera a avaliação na Educação Infantil: pré-escolar necessária? Explique.
- ✓ Como é feita a avaliação na sua turma?
- ✓ Que instrumentos você utiliza para avaliar seus alunos? Você os considera eficazes? Explique.
- ✓ Que contribuições à avaliação oferece dentro do processo de aprendizagem?
- ✓ Qual a importância da avaliação para a sua prática pedagógica?